

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E FERRAMENTAS DIGITAIS: DESAFIOSEPOSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

COMMUNICATION ACCESSIBILITY AND DIGITAL TOOLS: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR SOCIAL, EDUCATIONAL, AND PROFESSIONAL INCLUSION

Maria da Conceição Rabêlo Rodrigues¹

Resumo: A acessibilidade comunicacional constitui um dos principais pilares para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e participativa, e em um contexto marcado pela expansão das tecnologias digitais, é indispensável compreender como as ferramentas tecnológicas favorecem o acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento por pessoas com deficiência. Assim, o presente artigo científico objetivou analisar a importância da acessibilidade comunicacional no contexto das ferramentas digitais, destacando seus impactos na inclusão social e educacional. Para tal desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem bibliográfica e qualitativa, fundamentada em estudos sobre inclusão, acessibilidade, tecnologias assistivas e comunicação digital. No que diz respeito aos resultados, estes apontaram que as ferramentas digitais representam importantes mecanismos de democratização do acesso à informação, embora ainda existam barreiras relacionadas à formação profissional, infraestrutura e conscientização social. Partindo do exposto, conclui-se que a promoção da acessibilidade comunicacional depende do compromisso coletivo entre instituições, educadores, poder público e sociedade.

Palavras-chave: Acessibilidade comunicacional; Ferramentas digitais; Inclusão; Tecnologias

¹ Química Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão



assistivas; Educação.

Abstract: Communicational accessibility is one of the main pillars for building an inclusive, democratic, and participatory society. In a context marked by the expansion of digital technologies, it is essential to understand how technological tools facilitate access to information, communication, and knowledge for people with disabilities. Therefore, this scientific article aimed to analyze the importance of communicational accessibility in the context of digital tools, highlighting their impacts on social and educational inclusion. To this end, a bibliographic and qualitative research approach was developed, based on studies on inclusion, accessibility, assistive technologies, and digital communication. Regarding the results, these indicated that digital tools represent important mechanisms for democratizing access to information, although barriers related to professional training, infrastructure, and social awareness still exist. Based on the above, it is concluded that the promotion of communicational accessibility depends on a collective commitment between institutions, educators, public authorities, and society.

Keywords: Communication accessibility; Digital tools; Inclusion; Assistive technologies; Education.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, profundamente transformada pelo avanço das tecnologias digitais e da ampliação dos meios de comunicação, obteve a partir do desenvolvimento tecnológico, mudanças significativas nas formas de interação humana, ampliando o acesso à informação, a produção de conhecimento e a participação social.

Nesse contexto, a acessibilidade comunicacional posiciona-se no intuito de garantir o direito à informação e à comunicação igualitária, visto que envolve a eliminação de barreiras linguísticas, tecnológicas e sociais, permitindo ampliação na compreensão, produção e compartilhamento de

informações em diferentes ambientes e plataformas.

Não devendo ser entendida apenas como adaptação técnica, a acessibilidade comunicacional é condição fundamental para o exercício da cidadania e da inclusão social, pois favorece o desenvolvimento da aprendizagem, da interação social e da construção do conhecimento.

Para tal, as tecnologias digitais diretamente relacionadas, podem ofertar ferramentas inclusivas capazes de ampliar as oportunidades de participação dos indivíduos com deficiência, desde que os recursos tecnológicos sejam planejados de acordo com princípios de acessibilidade universal.

Neste sentido, a legislação brasileira também reconheceu a acessibilidade como um direito fundamental, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, as quais estabeleceram a obrigatoriedade da eliminação de barreiras comunicacionais e tecnológicas por meio da implementação de variadas práticas inclusivas.

Diante dessa realidade, o presente estudo buscou responder à seguinte problemática: de que forma a acessibilidade comunicacional e as ferramentas digitais podem contribuir para a inclusão social e educacional?

Assim, objetivando em linhas gerais analisar a importância da acessibilidade comunicacional associada ao uso de ferramentas digitais no processo de inclusão, desenvolveu-se um estudo qualitativo e bibliográfico, fundamentando em obras especializadas no tema, com foco em contribuir para reflexões sobre a importância da construção de ambientes digitais acessíveis, democráticos e inclusivos, capazes de garantir a participação plena de todos os indivíduos na sociedade contemporânea.

FUNDAMENTOS DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A acessibilidade comunicacional refere-se à eliminação de barreiras que dificultam ou impedem o acesso das pessoas à informação, à comunicação e à interação social, de modo que todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou linguísticas, alcancem garantias para compreender e transmitir mensagens em diferentes contextos sociais

(Conceição et al., 2025),

Considerando que a comunicação representa uma necessidade humana fundamental (Santos; Falcão, 2020), por seu intermédio os indivíduos estabelecem relações sociais, constroem conhecimentos e participam ativamente da sociedade, ao passo que, diante de barreiras comunicacionais, as pessoas são excluídas de processos educativos, profissionais e culturais, gerando isolamento, dificuldades de aprendizagem e limitações no exercício da cidadania.

Nesse sentido, a acessibilidade comunicacional possui papel essencial na promoção da inclusão social, contribuindo para a construção de ambientes mais democráticos os quais garantam igualdade de oportunidades e participação social (Brasil, 2025).

A acessibilidade comunicacional envolve diferentes estratégias e recursos, ou seja, no contexto educacional, trata da utilização de materiais adaptados, softwares acessíveis, audiodescrição, comunicação alternativa e recursos visuais, ao passo que, nos ambientes digitais, destaca-se através dos leitores de tela, das legendas automáticas, dos sintetizadores de voz e das plataformas acessíveis (Teixeira et al., 2026).

A importância da acessibilidade comunicacional também está relacionada ao respeito à diversidade humana, pois cada indivíduo possui formas específicas de perceber, compreender e interagir com o mundo, e nesse contexto, promover acessibilidade significa reconhecer e valorizar as diferenças (Brasil, 2025).

A comunicação acessível também contribui para o fortalecimento da autonomia das pessoas com deficiência, pois quando estas possuem acesso adequado à informação, podem participar de decisões, desenvolver habilidades e exercer seus direitos com maior independência (Brasil, 2024).

Assim, nos mais variados contextos a acessibilidade comunicacional se faz requisitada, pois, no campo educacional favorece a aprendizagem e a participação dos estudantes através de recursos acessíveis possibilitando que todos; no contexto social e digital, usufruam do avanço das tecnologias por meio da expansão da internet e das plataformas digitais que ampliaram significativamente o acesso à informação, evidenciando novos desafios relacionados à acessibilidade.

Contudo, a acessibilidade comunicacional ainda não foi compreendida completamente como um direito fundamental além de uma condição indispensável para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e igualitária (Conceição et al., 2025).

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social consiste em um fator diretamente relacionado à garantia na participação plena de todos os indivíduos nos diferentes espaços da sociedade (Brasil, 2024: 2025), de modo que a acessibilidade comunicacional se torna essencial para assegurar o acesso à informação, à educação, à cultura e aos serviços públicos (Venceslau, 2024).

Historicamente, Santos e Falcão (2020) destacam os enfrentamentos experienciados por pessoas com deficiência, levando-as a processos de exclusão social devido à ausência de políticas públicas inclusivas e à presença de preconceitos sociais. Sobre este aspecto, Ramos (2023) ressalta que muitas das limitações enfrentadas não estavam relacionadas às suas condições físicas ou sensoriais, mas às barreiras impostas pela sociedade.

A inclusão social, portanto, pressupõe a eliminação de barreiras, promovendo condições adequadas para uma participação igualitária, e em se tratando da comunicação acessível, esta contribui significativamente para o referido processo, pois permite que os indivíduos possam expressar opiniões, acessar conhecimentos e interagir socialmente (Ramos, 2023).

A acessibilidade comunicacional, portanto, favorece ainda a inclusão no mercado de trabalho, pois através de recursos tecnológicos acessíveis permite-se que indivíduos com deficiência desenvolvam atividades profissionais com maior autonomia e eficiência, além do fato de ambientes corporativos inclusivos contribuírem para a valorização da diversidade humana. Outro aspecto relevante refere-se à participação cultural e política, o que, através de estratégias e ferramentas voltadas à comunicação acessível, possibilita o acompanhamento de eventos, programas televisivos, conteúdos digitais e debates públicos, fortalecendo o exercício da cidadania e ampliando a representatividade

social (Costa et al., 2022; Brasil, 2024; 2025).

No ambiente escolar, a inclusão social depende da construção de práticas pedagógicas acessíveis, exigindo tanto dos professores quanto das instituições, a utilização de metodologias diversificadas e recursos tecnológicos capazes de atender às necessidades dos alunos (Freire, 2021).

Entretanto, apesar de avanços na inclusão de pessoas com deficiência, ainda existem desafios relacionados à inclusão social, pois a ausência de investimentos em acessibilidade, de formação profissional e o desconhecimento sobre tecnologias assistivas dificultam a implementação de práticas inclusivas (Costa, 2020).

Dessa forma, promover acessibilidade comunicacional significa criar oportunidades para que todos os indivíduos possam participar plenamente da vida social, política, econômica, educacional e cultural.

MARCOS LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE

A garantia da acessibilidade comunicacional encontra respaldo em diferentes instrumentos nacionais e internacionais que reconhecem os direitos das pessoas com deficiência, de modo que tais documentos estabelecem princípios fundamentais relacionados à inclusão, igualdade de oportunidades e eliminação de barreiras. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa um importante marco legal para a promoção da inclusão social, assegurando em seu documento direitos fundamentais relacionados à igualdade, educação, trabalho e acesso à informação (Brasil, 2024; Yehoshua, 2024).

Outro importante avanço consta da Lei nº 13.146/ 2015 também denominada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, dispondo-se como legislação voltada a estabelecer critérios para a promoção da acessibilidade e da participação social das pessoas com deficiência, reconhecendo a acessibilidade comunicacional como direito fundamental, e determinando que instituições públicas e privadas adotem medidas para eliminar barreiras de comunicação e informação, além de prever a utilização de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação de conteúdos digitais, incluindo legendas,

audiodescrição, intérpretes de Libras e acessibilidade em plataformas eletrônicas (Guimarães; Melo; Ribeiro, 2024; Brasil, 2025).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também reforça a importância da acessibilidade nos ambientes escolares, destacando em seu documento a necessidade de garantir recursos pedagógicos acessíveis e formação adequada para os profissionais da educação (Brasil, 2025).

No que diz respeito ao contexto internacional, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelecido pela Organização das Nações Unidas (Corrêa, 2021), sendo este um documento o qual reconhece a acessibilidade como condição essencial para participação plena e efetiva na sociedade.

Cabe considerar ainda que as políticas públicas voltadas à acessibilidade digital também possuem fundamental relevância, principalmente pelo desenvolvimento de diretrizes para a criação de sites, aplicativos e plataformas acessíveis (Conceição et al., 2025).

Entretanto, apesar dos avanços destacados, muitos desafios ainda persistem, pois, por vezes, as leis não são efetivamente implementadas, resultando na permanência de barreiras comunicacionais, ao que torna-se necessário ampliar investimentos em acessibilidade, fortalecer políticas públicas e promover conscientização social acerca da inclusão (Santos; Falcão, 2020; Ramos, 2023).

FERRAMENTAS DIGITAIS INCLUSIVAS, TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

As tecnologias assistivas representam importantes instrumentos de promoção da acessibilidade comunicacional, sendo recursos desenvolvidos com o objetivo de ampliar habilidades funcionais, promover autonomia e favorecer a participação social das pessoas com deficiência (Okimoto et al. 2022; Teixeira et al., 2026).

Com o avanço das tecnologias digitais, surgiram ferramentas capazes de facilitar o acesso

à informação e à comunicação, entre elas, destacando-se os leitores de tela, os aplicativos de reconhecimento de voz, os softwares de ampliação de tela, as legendas automáticas e os tradutores de Libras (Conceição et al., 2025).

No que concerne aos leitores de tela, estes são amplamente utilizados por pessoas com deficiência visual, sendo softwares que convertem textos em áudio, permitindo a navegação em sites, leitura de documentos e utilização de aplicativos digitais. Outro recurso importante são os sintetizadores de voz, os quais possibilitam comunicação alternativa para pessoas com dificuldades de fala, uma vez que transformam os textos digitados em mensagens sonoras (Ferreira, 2020).

As plataformas de videoconferência também passaram a incorporar recursos de acessibilidade, como legendas automáticas e compatibilidade com leitores de tela, estabelecendo adaptações que ampliaram a participação de pessoas com deficiência em atividades educacionais e profissionais (Silva et al., 2023).

Os aplicativos de tradução em Libras representam importantes avanços para a acessibilidade de pessoas surdas, dispondo-se como ferramentas voltadas à tradução automática de conteúdos textuais e sonoros para a Língua Brasileira de Sinais (Teixeira et al., 2026).

A audiodescrição também constitui recurso fundamental para acessibilidade de pessoas com deficiência visual, sendo uma técnica a qual descreve elementos visuais presentes em vídeos, filmes, apresentações e eventos culturais (Conceição et al., 2025).

Portanto, as tecnologias assistivas e as ferramentas digitais inclusivas representam importantes mecanismos de democratização do acesso à informação e promoção da inclusão social.

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES DIGITAIS

Apesar dos avanços tecnológicos observados nas últimas décadas, ainda existem desafios relacionados à acessibilidade nos ambientes digitais interpondo barreiras que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência (Santos; Falcão, 2020).

Um dos principais desafios refere-se à ausência de planejamento voltado à acessibilidade durante o desenvolvimento de conteúdos digitais, pois, em muitos casos, as plataformas são criadas sem considerar as necessidades de usuários com deficiência (Teixeira et al., 2026).

Assim, a ausência de descrições nas imagens, a incompatibilidade com leitores de tela, o excesso de informações visuais e a inexistência de legendas em vídeos são exemplos comuns de barreiras digitais. Deste modo, a desigualdade de acesso às tecnologias é um fator que merece destaque, pois muitos indivíduos não possuem equipamentos adequados ou acesso à internet de qualidade, o que limita a inclusão digital (Neves, 2020; Santos; Falcão, 2020; Ramos, 2023).

Outro fator de destaque é a formação insuficiente dos profissionais de tecnologia, representando um desafio significativo. Deste modo, os desenvolvedores desconhecem princípios de acessibilidade digital e tecnologias assistivas (Ramos, 2023; Guimarães; Melo; Ribeiro, 2024; Conceição et al., 2025).

Outro desafio refere-se à rápida evolução tecnológica, visto que, novas plataformas e ferramentas digitais surgem constantemente, exigindo atualização contínua dos recursos de acessibilidade (Teixeira et al., 2026).

Torna-se ainda fundamental que as políticas públicas também sejam fortalecidas visando garantir maior fiscalização e implementação efetiva das normas de acessibilidade digital (Santos; Falcão, 2020).

Dessa forma, superar os desafios da acessibilidade nos ambientes digitais exige ações coletivas envolvendo governos, empresas e sociedade.

FERRAMENTAS DIGITAIS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso à aprendizagem em condições de igualdade, respeitando suas diferenças e necessidades individuais, e nesse contexto as ferramentas digitais desempenham papel fundamental na promoção da acessibilidade comunicacional

e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas (Costa et al., 2022).

As tecnologias digitais possibilitam diversificação das metodologias de ensino, adicionando às aulas uma maior interatividade, dinamismo e acessibilidade, através de recursos multimídia, plataformas educacionais e aplicativos pedagógicos, os quais favorecem diferentes estilos de aprendizagem (Conceição et al., 2025). Neste contexto, alunos com deficiência visual podem utilizar leitores de tela e materiais em áudio para acompanhar conteúdos escolares, e os estudantes surdos beneficiam-se de vídeos com legendas e tradução em Libras (Ramos, 2023).

As plataformas digitais também permitem a personalização do ensino, possibilitando adaptações conforme as necessidades específicas dos alunos, o que contribui para aumentar a participação e melhor desenvolver a aprendizagem (Teixeira et al., 2026). Outro aspecto importante refere-se à comunicação entre escola, família e alunos, o que, uma vez intermediada por ferramentas digitais acessíveis, facilita a troca de informações e o acompanhamento do processo educativo (Ramos, 2023).

Por sua vez, os jogos educativos inclusivos representam estratégias pedagógicas capazes de estimular a participação, a motivação e o desenvolvimento cognitivo dos alunos, uma vez que tornam o processo de aprendizagem mais significativo, além de favorecer o desenvolvimento da autonomia dos alunos, pois recursos acessíveis permitem a realização de pesquisas, a participação em atividades e o desenvolvimento de habilidades com maior independência (Ramos, 2023).

Entretanto, para que as ferramentas digitais contribuam efetivamente para a educação inclusiva, é necessário investir na formação dos professores, garantindo meios para que conheçam os recursos tecnológicos e metodologias acessíveis. Para tal, as instituições de ensino também devem garantir infraestrutura adequada, acesso à internet e disponibilidade de equipamentos acessíveis, permitindo a exploração das potencialidades que as ferramentas digitais possuem na promoção da educação inclusiva, considerando o planejamento, a acessibilidade e o compromisso com a valorização da diversidade (Ramos, 2023).

Deste modo, os profissionais atuantes na educação desempenham papel fundamental no que

diz respeito a construção de práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis, principalmente diante de um contexto marcado pela crescente presença das tecnologias digitais, o que torna indispensável o preparo dos educadores para utilizar recursos tecnológicos de forma democrática e inclusiva (Ramos, 2023).

A formação docente representa um dos principais elementos que favorecem a promoção da acessibilidade comunicacional no ambiente escolar. Assim, uma vez que os professores estão devidamente capacitados, conseguem identificar barreiras, adaptar materiais e utilizar metodologias adequadas às necessidades dos alunos. Deste modo, o uso das ferramentas digitais na educação exige planejamento pedagógico cuidadoso, não bastando apenas utilizar tecnologias em sala de aula, pois torna-se necessário garantir que as ferramentas sejam acessíveis e favoreçam a participação de todos os alunos (Vigata; Alves, 2021; Conceição et al., 2025).

Contudo, os educadores precisam compreender que cada aluno possui características e formas próprias de aprendizagem, de modo a permitir que a utilização de metodologias diversificadas contribua efetivamente para a valorização das diferenças e o fortalecimento da inclusão, o que se alcança pelo uso de estratégias pedagógicas como a utilização de vídeos com legendas, materiais em áudio, textos adaptados, recursos visuais e plataformas digitais acessíveis (Teixeira et al., 2026).

A comunicação entre escola e família também pode ser fortalecida por meio das tecnologias digitais, principalmente por meio de aplicativos de mensagens, plataformas educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem, facilitando o acompanhamento das atividades escolares. Outro aspecto relevante refere-se ao trabalho colaborativo entre professores, gestores, profissionais do atendimento educacional especializado e familiares, pois a inclusão escolar depende da construção coletiva das mais variadas estratégias pedagógicas (Silva et al., 2023).

Assim, mesmo ressaltando que os profissionais atuantes na educação possuem importante papel para a conscientização dos alunos no que se refere ao respeito à diversidade, e principalmente auxiliando a escola na promoção de valores relacionados à empatia, igualdade e inclusão social, cabe reconhecer que muitos ainda enfrentam dificuldades relacionadas à inexistência de formação

continuada e ausência de recursos tecnológicos adequados, o que se configura no não recebimento do suporte necessário ao desenvolvimento de práticas efetivamente inclusivas (Santos; Falcão, 2020; Freire, 2021).

Diante de tais aspectos, torna-se essencial ampliar investimentos em todas as áreas voltadas à acessibilidade digital e às tecnologias assistivas, principalmente através de cursos, oficinas e programas de capacitação, os quais contribuam significativamente para o fortalecimento das práticas inclusivas. Dessa forma, os profissionais da educação se constituem como agentes fundamentais no processo de construção de ambientes escolares acessíveis, democráticos e inclusivos.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL INTERMEDIADA POR TECNOLOGIAS DIGITAIS

O avanço das tecnologias digitais transformou significativamente os modos de comunicação, aprendizagem e interação social, e nesse cenário, a acessibilidade comunicacional passou a ocupar papel de maior relevância, especialmente diante da necessidade de garantir inclusão e participação social para todos os indivíduos (Venceslau, 2024; Conceição et al., 2025).

As perspectivas futuras apontam para o desenvolvimento de tecnologias mais inteligentes, interativas e acessíveis, visto que, a exemplo da inteligência artificial, possibilitou-se a criação de ferramentas capazes de reconhecer voz, traduzir idiomas automaticamente, gerar legendas em tempo real e adaptar conteúdos conforme as necessidades dos usuários. Seguindo este entendimento, os assistentes virtuais também representam importantes avanços para a acessibilidade comunicacional, tratando de recursos dotados de interação por comandos de voz, facilitando acesso à informação por pessoas com deficiência visual, motora ou dificuldades de escrita (Ferreira, 2020; Vigata; Alves, 2021; Silva et al., 2023).

A realidade aumentada e virtual são outros aspectos promissores em contextos educacionais e sociais, tratando de tecnologias capazes de favorecer experiências mais inclusivas por conta da

possível adaptação de atividades para diferentes públicos (Teixeira et al., 2026).

A internet das coisas também pode contribuir para a construção de ambientes mais acessíveis, uma vez que equipamentos inteligentes conectados à internet possuem potencial para ampliar a autonomia e a segurança das pessoas com deficiência (Ramos, 2023).

No contexto educacional, um maior uso de plataformas adaptativas capazes de personalizar conteúdos de acordo com as necessidades dos estudantes, pode favorecer práticas pedagógicas mais inclusivas e individualizadas (Silva et al., 2023). Para tal, as legislações relacionadas à acessibilidade digital devem alcançar maior nível de rigor, exigindo que empresas e instituições adotem padrões universais de acessibilidade em seus sistemas e plataformas (Brasil, 2025).

Seguindo esta vertente, as redes sociais também ampliaram os recursos de acessibilidade, como a descrição automática de imagens, legendas em vídeos e ferramentas de leitura de conteúdo (Ferreira, 2020).

Cabe destacar que tais adaptações contribuem para uma participação social mais ampla e democrática. Entretanto, mesmo diante das perspectivas positivas, faz-se necessário superar desafios relacionados à desigualdade digital e ao acesso às tecnologias, pois, muitos indivíduos continuam sendo excluídos, devido à falta de equipamentos adequados ou conexão de qualidade (Ferreira, 2020; Ramos, 2023).

Partindo destes entendimentos, torna-se fundamental investir em políticas públicas que garantam a democratização do acesso às tecnologias digitais e a formação continuada dos profissionais, e para tal cabe ampliar a conscientização social sobre a temática, visto que a inclusão não depende apenas de recursos tecnológicos, mas da construção de uma cultura de respeito à diversidade e de valorização das diferenças humanas (Brasil, 2025).

Dessa forma, as perspectivas futuras da acessibilidade comunicacional indicam possibilidades significativas de transformação social, desde que acompanhadas de compromisso ético, responsabilidade social e investimentos em inclusão digital.

INCLUSÃO DIGITAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A inclusão digital trata da garantia de acesso às tecnologias da informação e comunicação de forma democrática e igualitária. Em uma sociedade cada vez mais conectada, o acesso às ferramentas digitais tornou-se condição essencial para a participação social, educacional e profissional (Corrêa, 2021; Cavalcanti, 2023).

Entretanto, o uso de tecnologias digitais ainda se configura como uma barreira a ser superada, principalmente em face de dificuldades relacionadas a questões econômicas, sociais e estruturais, as quais contribuem para a ampliação das desigualdades digitais. No caso das pessoas com deficiência, os desafios podem ser ainda maiores quando os recursos tecnológicos não apresentam acessibilidade adequada, a exemplo de sites incompatíveis com leitores de tela, ausência de legendas em vídeos e plataformas complexas (Santos; Falcão, 2020; Ramos, 2023).

Deste modo, a democratização do acesso à informação depende da construção de ambientes digitais acessíveis e inclusivos, o que significa garantir a todos o acesso a conteúdos, além da participação em atividades e a possibilidade de manter a comunicação de maneira autônoma (Neves, 2020).

Neste sentido, as políticas públicas possuem papel fundamental, principalmente através da realização de investimentos em infraestrutura tecnológica, acesso à internet e distribuição de equipamentos digitais, o que pode contribuir para a redução das desigualdades. As escolas também representam importantes espaços de inclusão digital, de modo que o acesso às tecnologias no ambiente escolar possibilita desenvolvimento de habilidades, ampliação do conhecimento e fortalecimento da aprendizagem (Ferreira, 2020; Neves, 2020; Silva et al., 2023).

A inclusão digital também é um fator favorável à participação no mercado de trabalho, de modo que, o domínio das ferramentas tecnológicas tornou-se requisito importante em diferentes áreas profissionais. Assim bibliotecas digitais, plataformas educacionais e cursos online representam oportunidades significativas de democratização do conhecimento, requerendo que sejam acessíveis

para atender diferentes públicos (Cavalcanti, 2023; Silva et al., 2023).

Cabe ainda destacar a relevância da cidadania digital, uma vez que o acesso à informação possibilita participação em debates públicos, acompanhamento de políticas sociais e exercício dos direitos democráticos, demonstrando que a acessibilidade comunicacional constitui-se como um elemento indispensável para a efetivação da inclusão digital (Cavalcanti, 2023; Venceslau, 2024).

Deste modo, sem recursos acessíveis a exclusão se faz mantida, principalmente no que concerne aos benefícios proporcionados pelas tecnologias. Portanto, promover inclusão digital significa investir em igualdade de oportunidades, participação social e valorização da diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade comunicacional representa um elemento indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, de modo que em uma realidade marcada pelo avanço das tecnologias digitais e pela ampliação dos meios de comunicação, garantir acesso à informação e à interação social tornou-se um direito fundamental.

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a acessibilidade comunicacional não se limita apenas à adaptação técnica de recursos, mas envolve o reconhecimento da diversidade humana e a promoção da igualdade de oportunidades, a fim de que se elimine as barreiras comunicacionais em favor da participação social, autonomia e exercício da cidadania.

Seguindo este pensamento, as ferramentas digitais e as tecnologias assistivas demonstram elevada potencialidade para a promoção da inclusão social e educacional, principalmente a partir de recursos como leitores de tela, aplicativos de tradução em Libras, audiodescrição e plataformas acessíveis, os quais ampliam possibilidades de comunicação e aprendizagem.

No contexto educacional, as tecnologias digitais contribuem para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, permitindo a adaptação de conteúdos e metodologias conforme

as necessidades dos alunos, de modo a fortalecer a participação escolar e favorecer o desenvolvimento de potencialidades.

Entretanto, o estudo também evidenciou importantes desafios relacionados à acessibilidade nos ambientes digitais, como a falta de infraestrutura, ausência de formação profissional adequada, desigualdade de acesso às tecnologias e permanência de barreiras atitudinais, dificultando deste modo a implementação efetiva da inclusão.

Merece reflexão quanto às legislações brasileiras, visto que representam importantes avanços na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à acessibilidade comunicacional. Contudo, ainda é necessário fortalecer políticas públicas, ampliar a fiscalização para garantir cumprimento das normas existentes, e atuar na conscientização social, visto que a construção de ambientes acessíveis depende do compromisso coletivo entre governos, instituições, profissionais da educação, empresas e sociedade.

Dessa forma, a acessibilidade comunicacional e as ferramentas digitais constituem importantes instrumentos para a promoção da inclusão social e educacional, o que solicita investimentos em tecnologias acessíveis, formação profissional e políticas inclusivas, de modo a contribuir na construção de uma sociedade mais democrática, participativa e igualitária.

Portanto, a acessibilidade comunicacional deve ser compreendida como direito fundamental e condição indispensável para a garantia da dignidade humana, e investir em acessibilidade significa promover igualdade, participação social e valorização das diferenças.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para a ampliação das discussões sobre acessibilidade comunicacional e incentive novas pesquisas relacionadas à inclusão digital, tecnologias assistivas e educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 134/2024. Brasília: Senado

Federal, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025: Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília: Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2025.

BRASIL. Texto integral e Fundamentos legais dos direitos das pessoas com deficiência: estatuto da pessoa com deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025.

CAVALCANTI, S. A. U. Inclusão e contexto social: agenda contemporânea. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023.

COSTA, L. S. et al. Guia de acessibilidade na comunicação: acessibilidade na comunicação para atenção integral à saúde das pessoas com deficiências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

COSTA, M. T. A. Tecnologia assistiva: uma prática para a promoção dos direitos humanos. Curitiba: Intersaberes, 2020.

CONCEIÇÃO, A. N. et al. Tecnologia Assistiva: Modelos do Brasil e de Portugal para produtos, metodologias de intervenção protocolos e jogos educacionais acessíveis. Curitiba: CRV, 2025.

CORRÊA, L. F. N. A Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Minas Gerais: Del Rey, 2021.

FERREIRA, G. R. Educação e Tecnologias: experiências, desafios e perspectivas. Ponta Grossa: Atena, 2020.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: edição especial. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2026.

GUIMARÃES, D. N.; MELO, D. C. F.; RIBEIRO, J. (Orgs.). Tecnologia assistiva: formação, experiências e práticas. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2024.

SILVA, D. L. B. et al. Tecnologia, Educação e Docência: uso das tecnologias para um ensino inovador. v. 2. Belém: RFB, 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NEVES, B. C. Inclusão digital na educação: ciborgues, hackers e políticas públicas. Curitiba: CRV, 2020.

OKIMOTO, M. L. L. R. et al. (org.). Tecnologia assistiva: abordagens teóricas. Bauru: Canal 6 Editora, 2022.

RAMOS, R. Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2023.

SANTOS, G. C. S.; FALCÃO, G. M. B. Educação Especial Inclusiva e Formação de Professores: contribuições teóricas e práticas. Curitiba: Appris, 2020.

SONZA, A. P. et al. (Orgs.). Conexões assistivas: tecnologia assistiva e materiais didáticos acessíveis. Bento Gonçalves: IFRS, 2020.

TEIXEIRA, E. A. S. et al. Quebrando o silêncio visual: desenvolvimento e adoção de tecnologias para inclusão. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2026.

VENCESLAU, K. M. C. Barreiras de acessibilidade comunicacional da pessoa com surdez: uma história de vida. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

VIGATA, H. S.; ALVES, S. F. (Orgs.). Tradução e acessibilidade: métodos, técnicas e aplicações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

YEHOSHUA, D. Acessibilidade digital: o ensino superior brasileiro é acessível para pessoas com deficiência? São Paulo: Dialética, 2024.